



A INTELLECTUALIDADE NEGRA: A VOZ DE MULHERES NEGRAS DO GRUPO TEZ

Jaqueline dos Santos

José Licínio Backes

1

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar como as mulheres negras lutam cotidianamente para serem reconhecidas como intelectuais, pois a intelectualidade continua associada ao conhecimento e ao sujeito masculino branco/ocidental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres negras do Grupo TEZ. A análise foi realizada com base no feminismo negro, que traz como questão central a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Pela pesquisa efetuada, conclui-se que a luta das mulheres negras é tanto para que sejam reconhecidas como intelectuais, quanto para mostrar que a intelectualidade não está associada necessariamente à alta escolarização. Há muitos homens e mulheres negros que não passaram pela universidade e produziram e produzem um conhecimento tão importante do que aquele que é produzido na academia.

Palavras-chave: Intelectualidade negra; Feminismo negro; Grupo TEZ.

LA INTELLECTUALIDAD NEGRA: LA VOZ DE MUJERES NEGRAS DEL GRUPO TEZ

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las mujeres negras luchan cotidianamente para ser reconocidas como intelectuales, ya que la intelectualidad continúa siendo asociada al conocimiento y al sujeto masculino blanco/occidental. Fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con cinco mujeres negras del Grupo TEZ. El análisis se basó en el feminismo negro, que trae como pregunta central la interseccionalidad de género, raza y clase. Por la investigación realizada, se concluye que la lucha de las mujeres negras es tanto para que sean reconocidas como intelectuales, como también para mostrar que la intelectualidad no está necesariamente asociada a la alta escolarización. Hay muchos hombres y mujeres negros que no pasaron por la universidad y produjeron y producen un conocimiento tan importante que aquel que es producido en la academia.

Palabras clave: Intelectualidad negra; Feminismo negro; Grupo TEZ.

BLACK INTELLECTUALITY: THE VOICE OF BLACK WOMEN FROM THE TEZ GROUP

ABSTRACT

This paper aims to show analyze how black women have struggled daily to be recognized as intellectuals, since intellectuality continues to be associated with knowledge and the



white/western male subject. Semi-structured interviews were conducted with five black women from the TEZ Group. The analysis was grounded on black feminism, which brings the intersectionality of gender, race and class as a central issue. The research has enabled the conclusion that black women have struggled both to be recognized as intellectuals and to show that intellectuality is not necessarily associated with high education level. Many black men and women have not attended a university, but produced and have produced knowledge as important as that which is produced in the academy.

2

Keywords: Black intellectuality; Black feminism; TEZ Group.

1 INTRODUÇÃO

O artigo situa-se no campo do feminismo negro e tem como objetivo analisar como as mulheres negras lutam cotidianamente para serem reconhecidas como intelectuais, pois a intelectualidade continua associada ao conhecimento e ao sujeito branco/ocidental. Para tanto, trazemos para o centro a voz de mulheres negras que participam do Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ, de Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

O processo de trabalho de campo realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres negras do Grupo TEZ não se encaixa no modelo tradicional de pesquisa pois a hierarquia que se estabeleceu entre entrevistadora e entrevistadas não foi a convencional, como por exemplo apontam Bogdan e Biklen (1994), segundo os quais o sujeito que entrevista tem o controle da situação. A relação de poder que se estabeleceu seguiu a lógica da sociedade lorubá – africana ou do Candomblé - religião afro-brasileira via ancestralidade por meio do conhecimento oral. O mais velho ou a mais velha são os detentores do conhecimento sem distinção de gênero ou classe social. Portanto, como foram entrevistadas mulheres negras do Grupo TEZ, todas com mais idade que a entrevistadora, elas foram guiando as entrevistas. Ainda que estivesse presente um roteiro a ser seguido para alcançar os objetivos, esse era recorrentemente modificado pelas entrevistadas.

No processo de análise das entrevistas recorreremos a escrita de mulheres negras de diferentes territórios e nacionalidades. As escritas têm em comum a defesa da mudança no campo das representações da mulher negra e a busca pela quebra de estereótipos. As autoras situam-se dentro do feminismo negro, cuja referência encontramos em bell hooks, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzáles; autoras essas criticam o sistema cultural para o qual a norma é a branquitude e o patriarcado.

Vemos no feminismo negro a forma de entender a trajetória das mulheres negras, sistematicamente marcadas pela opressão de classe, raça e gênero. Diante de múltiplas opressões, precisamos entender como se interseccionam e como combatê-las ao mesmo tempo.

Uma das formas de combater as opressões é ouvir as vozes de mulheres negras, especificamente nesse artigo, as vozes de quatro mulheres negras do Grupo TEZ, cujos nomes verdadeiros citamos, com a anuência de todas elas, como uma forma de dar visibilidade: Lucimar Rosa Dias (Professora da Universidade Federal do Paraná), Jaceguara Dantas da Silva (Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), Bartolina Ramalho Catanante (Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), Sheila Azevedo (Professora de Educação infantil).

Na perspectiva de atender ao objetivo proposto, o artigo está organizado em duas partes. Na primeira parte, contextualizamos e situamos a análise. Para tanto, inicialmente,



mostramos como o Movimento Negro tem lutado historicamente por uma educação antirracista e, em seguida, trazemos a experiência de luta do Grupo TEZ, destacando como foi incorporando as pautas do feminismo negro. Na segunda parte, trazemos a análise das falas de mulheres negras e sua luta pelo reconhecimento de sua intelectualidade. Nas considerações finais, ressaltamos o protagonismo das mulheres negras na formação de novas intelectualidades.

3

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E SITUANDO A ANÁLISE

2. 1 O Movimento Negro e sua luta por uma educação antirracista

Historicamente, o Movimento Negro tem lutado por uma educação antirracista. Gomes (2020) traça um histórico da atuação do Movimento Negro na construção das políticas públicas voltadas para negras e negros, desde a lei Euzébio de Queiroz até a Lei 12.711, de reserva de vagas em concursos públicos. Segundo ela, não há dúvidas quanto ao protagonismo e ao compromisso do Movimento Negro na busca pelo direito à cidadania e no combate ao racismo e à discriminação:

O movimento negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2020, p. 21)

Ao longo da história brasileira, podemos ver a luta do Movimento Negro contra as práticas de racismo, contra o mito da democracia racial e contra o ideal de branqueamento, todos muito presentes na educação. O Movimento Negro permite que a população negra e não negra tenha outra visão da questão racial. Ele possibilita que os negros sejam vistos não mais como sujeitos passivos/coadjuvantes das transformações sociais, mas como protagonistas.

O Movimento Negro luta para desconstruir as imagens de controle, apontadas por Collins (2020) e Gonzalez (1988). São imagens que infantilizam os negros, como se necessitassem de alguém para ser responsável por eles. É preciso que nos livremos dessas imagens, voltadas para a subalternização, construindo novas imagens, que representem a história e a cultura africana.

Na luta para a construção de outras imagens, a educação tem sido a espinha dorsal das reivindicações do Movimento Negro ao longo dos anos. A educação, por seu caráter político e formador, é central na luta do Movimento Negro. Segundo Gomes (2011), é a partir dela que se constroem os conhecimentos de si e dos outros:

A educação não é a solução para todos os males, porém ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. (GOMES, 2011, p. 112)

O Movimento Negro foi responsável pela formação de intelectuais da militância – como Beatriz do Nascimento, Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento, Neuza Santos Souza, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Luiza Barros e Raimunda Luzia de Brito –, para pensar uma educação diferenciada na perspectiva étnico-racial, a partir dos anos de 1960. Com isso,



não se está afirmando que a luta pela educação e contra o racismo tenha começado nessa década. Como aponta o próprio Movimento Negro, a resistência começou desde a chegada forçada dos primeiros negros à América. Porém, com esses intelectuais, o Movimento Negro ganha um novo ímpeto e torna-se ainda mais protagonista, vivendo a permanente tensão entre a necessidade de viver em uma sociedade marcada pelo racismo e a luta por sua superação. Mesmo sendo regulado, também encontra processos de emancipação, sobretudo, pelo questionamento da identidade branca, imposta como identidade padrão desde o período colonial:

No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial ou afro-brasileira, a denúncia ao racismo e a realização de ações, projetos educativos, sociais e culturais e organização política. (GOMES, 2011, p. 51)

Mesmo com a grande atuação do Movimento Negro por meio da denúncia e das reivindicações, até os anos 2000, como apontam Gomes (2011) e Carneiro (2011), não houve ações afirmativas que contribuíssem para o combate ao racismo e a superação da desigualdade racial. Apesar de o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu discurso de posse, ter afirmado que havia um problema racial no Brasil e que isso deveria ser resolvido com uma política inovadora e firme, somente no início dos anos 2000, por pressão do Movimento Negro, o Estado brasileiro começa a incorporar timidamente algumas reivindicações desse movimento.

Isso só aconteceu naquele governo após pressões internacionais, a partir da participação do Movimento Negro na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. Nesse primeiro momento, o que houve foram políticas públicas universalistas, que não levavam em conta as necessidades do Movimento Negro. Como salienta Gomes (2011), o Movimento Negro intensifica sua luta pela implantação de:

Programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem a efetiva superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego aos coletivos historicamente marcados pela exclusão e pela discriminação. (GOMES, 2011, p. 115)

Com a posse do governo popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, grandes iniciativas de mudanças foram tomadas. Uma delas foi incluir negros e negras no alto escalão do poder, inclusive fazendo parte de vários ministérios. Essa ação pode ser vista como um meio de contribuir de forma positiva para a construção da identidade negra.

Para Carneiro (2011), tratou-se de um gesto simbólico. Ainda assim, com Hall (2003), podemos entender que tais atitudes simbólicas produzem efeitos reais na vida dos sujeitos; no caso, pode-se dizer que produziu efeitos positivos para negros e negras, pois favoreceu a desconstrução do imaginário racista, em que o negro e a negra não têm condições de ocupar lugares de poder.

Mesmo assim, a ideia estereotipada de que os trabalhos que exigem menor atividade intelectual se destinam a negros e negras não foi superada. O espaço público ainda é visto mais como espaço de homens. Ainda não conseguimos dissociar o público do campo masculino e o privado do campo feminino, nem amenizar as implicações sociais dessa situação. Não conseguimos desconstruir a ideia de que os homens são mais racionais e de



que as mulheres são mais sentimentais. Também continuamos tendo dificuldade de aceitar que negros e negras são produtores de conhecimentos.

Entretanto, a história, quando não silenciada, mostra a existência de vários conhecimentos produzidos pela população negra. Isso se torna possível, como explica hooks (2017), inspirando-se em Paulo Freire, com a prática de uma pedagogia da libertação, voltada para a educação antirracista e a construção de espaços alternativos para professores e alunos. Segundo a autora, a centralidade da experiência é algo enriquecedor no processo de ensino e aprendizagem entre professores e alunos.

Para inúmeras mulheres negras, a troca das experiências e práticas vivenciadas por elas tem se tornado uma forma de luta e de diminuição da dor e do sofrimento. Ancorados nas reflexões de hooks (2017), entendemos que o movimento feminista negro tem contribuído e poderá contribuir ainda mais na construção de uma educação antirracista que leve em conta as inúmeras experiências, as várias identidades vivenciadas pelos sujeitos nos processos educacionais ao longo da vida, as diferentes vozes presentes.

As vozes que ecoam do Movimento Negro, em especial do Movimento de Mulheres Negras, fortalecem a luta por uma educação antirracista. Elas reforçam a luta pelo fim do privilégio branco, pois sabem que só assim será possível construir a justiça racial.

Por fim, cabe salientar que, depois de um período de retrocessos no Brasil (2016-2022), em 2023, com a posse do Presidente Lula, novas perspectivas se abrem, e há a expectativa de que o Movimento Negro consiga impactar as políticas públicas no Brasil. Assim como no período 2003-2010, em seu novo mandato, o Presidente Lula colocou negros e negras nos Ministérios, e a agenda da luta antirracista novamente passa a fazer parte da atuação do Estado. No próximo item, situaremos o Grupo TEZ, destacando como foi incorporando demandas do feminismo negro.

2.2 A luta do Grupo Trabalho e Estudos Zumbi – TEZ

O Grupo Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ tem uma história de luta de trinta e seis anos. O TEZ tem dado um *status* de centralidade para a educação, como sujeito ativo no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial e, nos últimos anos, também um destaque para a questão de gênero, lutando ao mesmo tempo contra a sociedade racista e patriarcal. O Grupo educa por meio da organização do grupo de estudo, pela execução de palestras nas escolas sobre a temática étnico-racial, pela concretização do Cursinho Popular Pré-vestibular em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul e o Cursinho Preparatório para Pós-graduação em parceria com a Fundação Ford. As formações transcendem o Grupo, ao mesmo tempo em que o movimento negro se educa ele educa a sociedade (GOMES, 2020).

Como nos diz Gomes (2020), a educação pode e deve ser um projeto emancipatório via Movimento Negro, para vivenciar a especificidade que é a subjetividade de ser negra e negro nesse país, composta de luta e resistência para conquistar os direitos de cidadania e democracia:

O Movimento Negro do ponto de vista institucional, tem como foco a educação básica e o Ensino Superior. Porém, ele não reduz a educação formal. Ele visa a educação como processo de formação humana, vivido por todo nós. Visa ainda, promover um processo social, cultural, pedagógico e político de reeducação do negro e da negra sobre si mesmo e sobre o seu lugar de direito na sociedade brasileira. E reeduca os outros segmentos



étnico-raciais e sociais na relação com o segmento negro da população, suas lutas por direitos e suas conquistas. (GOMES, 2020, p. 130)

O grupo TEZ tem desempenhado o papel de formador e de genitor, do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul. Ao longo de suas mais de três décadas, muitas pessoas passaram pelo grupo, desenvolveram vínculos permanentes ou temporários, uma espécie de chegadas e partidas. Para as mulheres que participam do grupo e cujas vozes trazemos neste artigo, o grupo vai além dos encontros entre os participantes. Ele está presente na formação de outros grupos, coletivos, nos ambientes de trabalho, nas escolas, nas casas, nas universidades, nos bares frequentados por cada negra, negro e não negro impactados pela luta antirracista desenvolvida pelo movimento negro.

Inúmeras mudanças aconteceram ao longo dos anos, e hooks (2019a) chama a nossa atenção para a participação majoritária de homens negros como lideranças no Movimento Negro nos EUA. E no TEZ isso não foi muito diferente. Em sua fundação em 1985 em Campo Grande, o grupo contava com a participação de cinco homens e apenas uma mulher, sendo esta acadêmica de Direito. hooks (2019a, p. 151) argumenta sobre a organização social baseada no sexismo: “Líderes negros não eram contra garantir às mulheres o acesso a direitos políticos, desde que homens permanecessem na posição de autoridade superior reconhecida”. A autora vai além na exposição do paradoxo entre a vida pública e a vida privada vivenciada pelas mulheres negras do século XX, para explicar o imperialismo do patriarcado:

Na vida privada, ativistas negros e líderes políticos exigiam que a esposa assumisse papéis subordinados. A feminista Mary Crurchu Terrel registrou em seu diário que seu marido, advogado ativista, queria que ela não exercesse qualquer papel em relações políticas. [...] O marido de Terrel usava seu *status* patriarcal para sabotar o trabalho político dela (hooks, 2019a, p. 150).

Essa realidade aos poucos vem mudando, graças a luta das mulheres negras. Por exemplo, nos últimos anos, o grupo TEZ contou com gestões femininas. Gomes (2020) mostra que os processos de opressão se originam a partir de um núcleo central: o racismo, o patriarcado e o capitalismo global. Diferentes movimentos sociais, ainda que suas lutas tenham especificidades, resistem e combatem esse núcleo. Se não tiverem essa preocupação, perdem seu potencial emancipatório. Entendemos que o que Gomes (2020) nos aponta pode ser traduzido como feminismo interseccional:

No centro da composição de diagramas, articulado e se comunicando com os diferentes movimentos sociais, está o alvo comum a ser superado para a construção de uma emancipação social conjunta: o racismo, o patriarcado e o capitalismo global, se alimentados pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder, do ser e do saber (GOMES, 2020, p. 127).

Dessa maneira, o próprio Movimento Negro está se reorganizando, já que a questão de gênero foi e continua sendo uma questão cara para o movimento. hooks (2019b) explica que sem as mulheres negras não há Movimento Negro, pois alguns saberes são particulares delas e são fundamentais para o fortalecimento de um todo, o coletivo:



Sem a contribuição material das mulheres negras como participantes e líderes, muitas instituições dominadas por homens na comunidade negra cessariam de existir; esse não é o caso em todas as comunidades brancas. [...] por anos a fio, mulheres negras (homens negros) vinham lutando para superar as tensões e antagonismos entre mulheres e homens negros gerados pelo racismo internalizado (isto é, quando o patriarcado branco sugere que um grupo causou a opressão do outro). As mulheres negras estavam dizendo para os homens negros: “Não somos inimigos uns dos outros”; “Temos de nos opor à educação que nos ensina a odiar a nós mesmos e uns aos outros”. (hooks, 2019b, p. 115)

O feminismo negro tem o seu alicerce na coletividade e nas múltiplas experiências e opressões vivenciadas pelas mulheres, seja a questão racial, de gênero, de sexualidade, nacionalidade e classe. De acordo com Gonzáles (1988), o feminismo negro brasileiro vem há anos desenvolvendo suas análises de forma interseccional, antes mesmo da ferramenta analítica ser popularizada no meio acadêmico ou até mesmo, antes do surgimento dela nos anos de 1990.

As reflexões do feminismo negro vem se mostrando como uma teoria complexa no combate à discriminação racial e de gênero. Diante de suas análises podemos entender que não existe apenas uma opressão, mas várias opressões que se articulam e a grande tarefa é democratizar os múltiplos conhecimentos via educação. A educação poderá nos possibilitar ter acesso às literaturas já existentes, de forma a viabilizar a leitura e as reescritas dos diversos sujeitos que estão no bojo desse movimento, no qual todos sejam afetados e iniciem ou intensifiquem a luta em prol da igualdade racial e de gênero, questionando as relações de poder vigentes.

3 O DIÁLOGO COM MULHERES NEGRAS DO GRUPO TEZ SOBRE A INTELLECTUALIDADE

Conforme apontado na introdução, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas via Google Meet, com quatro mulheres negras do Grupo TEZ. As entrevistas foram analisadas qualitativamente, na perspectiva de dar visibilidade às mulheres negras. Suas falas vêm acompanhadas pelos seus nomes completos.

Lembramos que há poucas mulheres negras reconhecidas como intelectuais no universo acadêmico e a forma socialmente aceita de produzir conhecimento válido é na universidade. A partir das ideias de intelectualidade de hooks (2019c), intelectual é aquele que “transgride fronteiras discursivas”. Não precisa ter um diploma de doutorado para ser considerada uma intelectual. Muitos que os têm, não conseguem transgredir as fronteiras.

A explicação da entrevistada Lucimar Rosa Dias sobre intelectualidade vai ao encontro dos pensamentos de hooks (2019b): ser intelectual é ir além das redomas universitárias, é pensar e sentir o mundo em busca de mudanças reais. Como diz a entrevistada:

O que é um intelectual, uma pessoa que pensa o mundo e que define estratégias para a sociedade para viver nesse mundo e que não são Doutoradas, que não têm alta escolarização, que são mulheres que a sociologia chamaria de mulher comum, que produzir uma Carolina por exemplo, Maria Carolina de Jesus, para mim a Carolina é uma intelectual, e ela não teve doutorado, agora tem, que ela foi receber o doutor honoris



causa que é uma coisa linda de ver, mas para mostrar o que é a intelectualidade. Esse conceito também, ele é construído para excluir determinados grupos sociais, populações indígenas por exemplo, Ailton Krenak que esse ano teve sua intelectualidade reconhecida, e há muitos líderes indígenas sendo reconhecidos, porque produzem conhecimentos, eu imagino que um intelectual é esse, que produz conhecimento. Acho que sou uma intelectual acadêmica e me espelho em intelectuais mulheres negras, acadêmicas e não acadêmicas e que constroem esse conhecimento necessário para que a gente exista em uma sociedade racista como é a brasileira.

Ao analisar a fala de Lucimar Rosa Dias sobre o conceito de intelectualidade, percebemos a crítica ao entendimento do que a academia entende por intelectual e a defesa de um conceito de intelectual que não seja excludente. Os marcadores que definem a inclusão na intelectualidade são propositais e fazem parte do projeto colonial. Como explica Hall (2003), ao se referir a sua formação, um homem negro da Jamaica no início do século XX: “Foi uma educação muito ‘clássica’, muito boa, porém em termos acadêmicos, muito formal. Estudei latim, história inglesa, história colonial inglesa, história europeia, literatura inglesa [...] uma formação típica de um membro da intelligentsia colonial” (HALL, 2003. p. 410).

O impacto da socialização patriarcal sexista e racista para as mulheres negras, em relação ao espaço acadêmico, apresenta-se de múltiplas formas. Mesmo que ocorra a formação “clássica” para as mulheres negras, essa formação está marcada pelo patriarcado. Nela impera a lógica do discurso hegemônico. A academia é um espaço majoritariamente de homens brancos e como explica a entrevistada Jaceguara Dantas da Silva, ao se referir à intelectualidade:

Eu não sei se sou uma intelectual, eu tenho mestrado, doutorado, eu sou Procuradora de Justiça, mas eu não sou uma professora atuante, né pesquisadora atuante, do que eu percebi nesses espaços que ocupei e ocupo, é que [...] a universidade, a academia são brancas e masculinas, mas sobretudo majoritariamente branca. Eu me lembro quando eu passei no concurso em 1992, para eu fazer mestrado na USP. E eu me lembrei, eu me lembro que me chamou atenção naquela época que as pessoas negras que existiam, elas estavam limpando o chão e servindo café.

Em função da ditadura da anti-intelectualidade (hooks, 1995), as mulheres negras são colocadas em xeque, muitas vezes no próprio Movimento Negro, e sistematicamente na universidade. Mas, as mulheres negras são muito importantes para a manutenção do movimento negro e atuam como intelectuais. Ao longo dos anos, a população negra vê o processo de alfabetização como uma ferramenta para a diminuição da marginalização sofrida, ela se torna uma ferramenta contra a discriminação racial. No início da atuação do movimento negro, os homens foram os primeiros a terem o acesso à educação. Desta maneira, foram também os primeiros a entrarem na universidade e seguirem a carreira acadêmica e receberem o apoio do próprio movimento negro.

Já no caso das mulheres do Grupo TEZ, havia um antagonismo: elas, por um determinado tempo, se afastaram do movimento para buscarem a formação superior e foram criticadas algumas vezes por esse afastamento, pois diziam que o movimento negro estava perdendo sua organicidade.



Na fala da entrevistada Bartolina Ramalho Catanante esse antagonismo está presente:

Ser uma intelectual orgânica digamos assim ou intelectual tradicional, te rouba muito tempo para você ser esse intelectual orgânico e assim, para mim era isso que eu tinha que fazer, então eu fui até um pouco criticada pelo movimento negro, porque eu não participava mais dos lançamentos das coisas do movimento social. Mas isso é porque, eu falo sempre que ser professor universitário é um bicho meio estranho, porque a gente se dedica muito tempo à pesquisa. E a pesquisa te rouba esse tempo de rua, você chega da rua com o sol, depois de um tempo de militância, você não vai sentar no computador e simplesmente produzir igual, porque você volta exausta, você precisa de outro tempo, etc. Enquanto que a pesquisa não, você senta de manhã, você tem que ler, tem que produzir, tem que comprar dados e tal. Então é uma atividade de prática muito solitária e que não combina muito com rua, o movimento de rua né, então isso é um desafio para professora universitária / pesquisadora fazer o movimento negro, um movimento de rua, porque é difícil.

No que se refere à intelectualidade tradicional, aqui entendida como a intelectualidade que segue a lógica de produção da ciência ocidental e os temas por ela considerados científicos, as mulheres negras sofrem perseguições nas universidades. Sua capacidade intelectual é questionada, assim como suas pesquisas, com foco em questões de identidade – seja de raça, gênero ou classe –, indagando-se se o que estão fazendo realmente é ciência. Desta forma, ao denunciar as realidades enfrentadas por elas, são rotuladas no meio acadêmico de “ativistas ou militantes”, termos utilizados de forma pejorativa, pois seus trabalhos não são considerados científicos. A entrevistada Bartolina Ramalho Catanante salienta a importância da militância social no seu trabalho na universidade e como isso é crucial para a construção da consciência racial daquele espaço:

A gente faz a militância na universidade, para mim, com o trabalho desenvolvido, por exemplo, você ganhar colegas, sensibilizar, passar projetos sobre isso é muito importante né, não é qualquer coisa não. Então você tem pessoas que defendem seu ponto de vista juntos na questão racial e é isso que a gente quer né, eu não quero ficar sozinha defendendo a questão racial dentro da universidade. Eu quero formar um bloco, quero formar um grupo de pesquisa, quero formar a partir do momento que eu saio, ter pessoas que vão fazer esse debate, isso é fundamental. Então isso tudo está nesse desafio de ser pesquisadora da questão racial.

Entendemos que as duas intelectualidades apontadas pela entrevistada Bartolina Ramalho Catanante (orgânica e tradicional) são os pilares para a formação e consolidação do feminismo negro: conhecer a intelectualidade tradicional é importante para entender como ela está marcada pelo racismo e pelo patriarcado para poder questioná-la e subvertê-la; já a intelectualidade orgânica é a forma pela qual as mulheres negras vão assumindo o protagonismo no processo de transformação das relações sexistas e racistas. Como aponta hooks (1995), o trabalho intelectual pode produzir conflitos e tensões, quando visa à transformação das relações sociais de poder:



Muitas vezes o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades para poder nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento como nos faz sofrer, andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas e de outras é um processo prazeroso e intacto. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas nos põe numa solidariedade e comunidade maiores enaltece fundamentalmente a vida. (hooks, 1995, p. 478)

hooks (2020) argumenta ainda que não existe justiça e equidade sem amor. Nesse sentido entendemos a intelectualidade como toda forma que vise à emancipação da opressão em função da raça, gênero e classe. Segundo a entrevistada Sheila Azevedo, sua tomada de consciência racial se ampliou na universidade e essa tomada de consciência possibilitou se definir como intelectual negra:

Foi a partir do mestrado que eu tive a certeza, que eu tive a confirmação na minha vida de que é muito importante você saber aliar teoria e prática, porque aí é como se fosse um céu que se abre, você consegue fazer essa conexão, você consegue visualizar aquilo que muitas vezes a teoria tá falando com a prática da sala de aula, e você ter conhecimento, você se identificar como um intelectual, ou se colocar dentro da intelectualidade não é algo muito fácil, não é algo muito simples, porque por mais que você se identifique isso não é algo que é agradável às pessoas.

As mulheres negras, ao se apropriarem do conceito de intelectualidade e ressignificá-lo, rompem com a lógica acadêmica tradicional. Cabe destacar que no contexto atual essa lógica é fundamentalmente neoliberal, segundo a qual não é necessário discutir a questão racial e de gênero. Basta que a escola desenvolva as habilidades adequadas de modo uniforme e dessa forma negros e mulheres terão as mesmas oportunidades. Mas a rigor, todos os estudos de gênero e raça mostram que essa é uma falácia.

A escola que conhecemos, muitas vezes, é um espaço de disputa e hierarquização racial e sexual. Podemos observar vários tipos de discriminação no ambiente escolar, determinados conhecimentos são considerados melhores que outros, há desvalorização de alguns territórios e a valorização de alguns estudantes em detrimento de outros: “A lógica neoliberal sugere que a missão da escola não deveria ser a promoção da equidade, mas a busca de formas economicamente viáveis de fornecer instrução e habilidades de maneira não discriminatória” (COLLINS E BILGE, 2021, p. 216).

Portanto, é possível observar que as intelectuais negras estão promovendo debates importantes no mundo acadêmico. Desta forma, geram mudanças na mentalidade no que se refere à produção de conhecimento e provocam a descentralização da lógica patriarcal e racista. Assim, estão reivindicando e conquistando os espaços que lhes foram negados. Há muitos desafios a serem alcançados, mas podemos observar que no campo crítico do mundo acadêmico as discussões sobre o assunto vêm se tornando uma realidade, graças à atuação da militância negra.

Gomes (2020) acredita que isso só foi possível com a entrada efetiva de negras e negros na universidade, no primeiro momento furando as bolhas da exclusão e no segundo



momento, com as ações afirmativas. Os corpos negros carregados com conhecimentos próprios estão reeducando a universidade:

O mito ôntico colonial do humano e não humano é destruído. Na medida em que afirmam sujeitos de história, conhecimento e cultura, negras e negros afirmam e reafirmam outras formas alternativas de ser humanos, sujeitos de direitos e de conhecimento ainda não reconhecidos pelas concepções hegemônicas de humanidade, cidadania e ciência (GOMES, 2020, p. 91).

Ao rediscutirem gênero, raça e classe de maneira interseccional, as participantes do grupo TEZ ganham o *status* de intelectuais. Com isso interrogam os espaços hegemônicos da intelectualidade que têm em sua estrutura a uniformização das identidades e a hierarquização. Como salientam Collins e Bilge (2021), a escolarização “formal” é marcada pelo processo discriminatório já que as múltiplas identidades não são contempladas, gerando assim um processo antidemocrático. Com a luta do movimento negro e do feminismo negro, essa realidade está mudando:

Por ajudar a reproduzir as desigualdades sociais, a escolarização formal é um lugar contestado de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, as pessoas que frequentam ou trabalham no ambiente escolar contestam essas desigualdades, em geral questionando o currículo escolar e muitas vezes rejeitando regras e regulamentos (COLLINS E BILGE, 2021, p. 218).

A entrevistada Bartolina Ramalho Catanante nos explica que teve que negociar com o mundo acadêmico para permanecer na universidade. Em muitos momentos teve que se “dobrar” às normas eurocêntricas para ser vista como uma intelectual “genuína”. Só depois disso, pôde colocar sua intelectualidade como mulher negra e ser reconhecida como tal nesse ambiente:

Você chegando na universidade tem um grande desafio de que a pessoa militante, a pessoa que vem do movimento negro, que vem do movimento sindical, ela precisa se formar enquanto intelectual, enquanto professora, acadêmica, pesquisadora. E aí foi um período muito difícil da minha militância, não da minha militância, mas do julgamento que as pessoas faziam de mim, enquanto militante. Porque eu tinha que me formar enquanto pesquisadora, focar para me constituir enquanto pesquisadora, enquanto profissional, enquanto negra nessa universidade e fazer a militância.

Como nos explica Kilomba (2019), a ciência está intrinsecamente ligada com as relações de poder. Há uma autoridade racial, que no caso da universidade é das pessoas brancas. O conhecimento anterior à universidade que Bartolina Ramalho Catanante tinha, deveria ficar em segundo plano, na margem, já que na lógica ocidental, a mulher subalternizada é incapaz de falar por si mesma, sendo necessário submeter-se à violência acadêmica. A universidade – o centro - não é um espaço neutro de produção de conhecimento e continua sendo, ainda que haja transformações provocadas pelo movimento negro e pelas mulheres negras, um espaço hegemonicamente dos conhecimentos brancos.

A reflexão de Kilomba (2019) vem ao encontro da reflexão levantada por hooks (2019b) sobre a dualidade “margens e o centro” que posiciona os corpos das mulheres



negras no meio acadêmico. A fala da entrevistada Bartolina Ramalho Catanante “enquanto negra nessa universidade”, mostra essa situação. hooks (2019b) afirma que para transitar no centro é necessário possuir uma “autorização”, que pode ser questionada ou retirada a qualquer momento. O corpo da mulher negra sofre um processo de regulação (GOMES, 2020), o que Hall (2003) denomina como viver dentro da “barriga da besta”. Mesmo que esteja dentro, sempre será visto como de fora e constantemente terá que provar que merece estar dentro. Isso fica nítido na fala da entrevistada Bartolina Ramalho Catanante: “E aí foi um período muito difícil da minha militância, não da minha militância, mas do julgamento que as pessoas faziam de mim, enquanto militante”. A militante, corpo negro - mulher negra, é vista dessa forma por conta do processo da escravatura e, posteriormente, do racismo e do ideal de branqueamento.

Nesse sentido, conforme Kilomba (2019), é necessário escrever com as palavras que expressam a nossa realidade, nossas experiências e não com as palavras de um erudito branco, pois escrevemos e teorizamos de lugares diferentes. Inspirados nos escritos de hooks (2019a, 2019b, 2019c), entendemos que precisamos transgredir a linguagem acadêmica hegemônica que visa aprisionar as mulheres negras por meio de suas epistemologias de caráter racista e machista. Precisamos de justiça epistemológica para com os corpos aos quais foram negados a razão e, muitas vezes, forçados a assimilarem a cultura hegemônica/branca que impõe seus conhecimentos como verdadeiros e dos demais grupos como falsos. Carneiro (2005) chama esse fenômeno de epistemicídio, termo que tem suas raízes no teórico português Boaventura Sousa Santos (2005). Para Carneiro (2005), trata-se de um processo de inferiorização e subordinação intelectual, que teve seu início no período colonial, um período de assassinatos das epistemes da população negra. O epistemicídio é

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Em função do epistemicídio, as mulheres negras são vistas como sujeitos de segunda classe e habitantes das periferias, incapazes de estarem na universidade como intelectuais. Transpor esses dois elementos, mesmo que de forma simbólica, requer muito trabalho e compromisso social. hooks (1995) nos faz um chamado sobre a real missão do movimento feminista, que deve encorajar as mulheres negras na luta para a formação de seus intelectos, de forma que deixem para trás a política anti-intelectualista, que as coloca como as responsáveis pelos trabalhos menos valorizados socialmente e até mesmo como “objetos” de pesquisa para as análises do feminismo burguês, em uma espécie de salvacionismo branco. Podemos observar que na atualidade ser considerada uma intelectual é um dos grandes desafios para as mulheres negras, como explica a entrevistada Lucimar Rosa Dias:



[...] sem menosprezar de maneira nenhuma as mulheres negras que estão nos serviços básicos como doméstica seria um outro enfrentamento, esse enfrentamento de mulher negra intelectual que está ocupando um espaço que é visto ou considerado um não espaço para esses corpos, é um desafio. Então ser uma mulher negra intelectual é um desafio.

hooks (2019a) reforça ainda que precisamos construir novas representações das mulheres negras. Para isso precisamos olhar e sentir a margem de maneira crítica, como um espaço de fortalecimento para resistir às opressões. A margem se torna o espaço imagético e criativo, de lá saem as interrogações e novas perguntas para os problemas que tanto afetam as mulheres negras como o racismo, o sexismo e o capitalismo. O feminismo negro possibilita que as mulheres negras trasponham a lógica hegemônica da academia, colocando-as no centro das discussões, colocando-as como intelectuais.

13

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as mulheres negras entrevistadas, a intelectualidade não está associada necessariamente à alta escolarização. Há muitos homens e mulheres negras que não passaram pela universidade e produziram e produzem um conhecimento muito mais importante do que aquele que é produzido na academia.

Lucimar Rosa Dias, que se espelha em mulheres negras intelectuais, sintetiza, de certa forma o que significa ser intelectual ao afirmar que são as pessoas que “[...] constroem esse conhecimento necessário para que a gente exista em uma sociedade racista como é a brasileira”.

Segundo as mulheres negras entrevistadas, o conhecimento científico não pode mais estar apenas nas mãos de homens brancos burgueses, sendo necessário contemplar os conhecimentos das mulheres negras. O conhecimento da margem precisa ser o centro das nossas discussões, não podemos mais sustentar velhas mentiras lançadas sobre os corpos negros, sobretudo, sobre os corpos das mulheres negras. As mulheres negras entrevistadas sabem que no mundo acadêmico ainda impera a formação “clássica”, a sistematização do conhecimento ocidental, sendo um ambiente machista e racista, mas somam-se a tantos outros membros do movimento negro para mudar essa realidade.

Ao problematizar a intelectualidade, as mulheres negras se politizam, reconhecendo que os conhecimentos via prática transmitidos e compartilhados por elas no interior do movimento negro e fora dele as tornam intelectuais que contribuem para a desconstrução da sociedade racista, patriarcal e classista. Reconhecem que o grupo TEZ desestabiliza os currículos acadêmicos ao promover a inserção de outros corpos na academia que estão fora da lógica hegemônica. Seja produzindo outros conhecimentos, seja pela sua presença física, as mulheres negras incentivam a formação de novas intelectualidades no interior do contexto acadêmico.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CARNEIRO, S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. FEUSP, 2005.



COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, Vozes, 2020.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, jan./jun. 1988. p. 69-82,

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

hooks, b. **Eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

hooks, b. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 20 Fevereiro 2022.

hooks, b. **O Feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019c.

hooks, b. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

SANTOS, B. S. A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade, **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, 2005. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Boaventura.pdf>. Acesso em: 20 Fevereiro 2022.

AUTORES

JAQUELINE DOS SANTOS: Mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferença Cultural. Bolsista PROSUC/CAPES. Orcid Id: <https://orcid.org/0009-0008-1469-7490>. E-mail: jaqueline_18barretos@hotmail.com

JOSÉ LICÍNIO BACKES: Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Minho (UMINHO). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco; Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação e Diferença Cultural. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-9013-8537>. E-mail: backes@ucdb.br